



MINISTÉRIO PÚBLICO DA PARAÍBA
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
Comitê de Tecnologia da Informação

**ATA DA DÉCIMA SEGUNDA REUNIÃO ORDINÁRIA DO
COMITÊ DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO MINISTÉRIO
PÚBLICO.**

Aos sete (07) dias do mês de outubro do ano de dois mil e oito (2008), às nove horas e trinta minutos (09h30), no auditório "Procurador de Justiça João Bosco Carneiro", reuniu-se ordinariamente o Comitê de Tecnologia da Informação, instituído pela INSTRUÇÃO NORMATIVA GPGJ nº 003/2007, de 1º de outubro de 2007 e designado pela Portaria Nº 1.392/2007, publicada no 2º caderno do Diário da Justiça do dia 11 de outubro de 2007, composto pelos seguintes Membros: **Procurador de Justiça Alcides Orlando de Moura Jansen, Secretário-Geral do Ministério Público Cláudio Antônio Cavalcanti, Promotor de Justiça Corregedor Alexandre César Fernandes Teixeira, Promotor de Justiça Gustavo Rodrigues Amorim, Diretora de Planejamento Arlinda Maria Pimentel Rodrigues Leite, Diretora de Tecnologia da Informação Maria José Gomes de Oliveira e o Assessor de Informática Daniel Cavalcanti Lins Falcão.** A reunião foi coordenada pelo Procurador de Justiça Doutor Alcides Orlando de Moura Jansen, que abriu os trabalhos invocando a proteção de Deus. Em seguida, Dr. Alcides informou aos presentes a ausência de Dr. Gustavo Rodrigues Amorim, em virtude do gozo de férias regulamentares. Dando seqüência, Dr. Alcides submeteu à aprovação dos presentes a Ata da 11ª Reunião Ordinária do Comitê de

Tecnologia da Informação do Ministério Público; aprovada, todos os membros assinaram a referida ata e, como de praxe, o Dr. Alcides pediu que a Diretora de Planejamento – Secretária do Comitê –, encaminhasse através de ofício uma cópia daquela à Procuradora-Geral de Justiça. Ato contínuo, Dr. Alcides registrou que na próxima quinta-feira, dia dezesseis (16) de outubro o Comitê comemora um ano de realização da primeira reunião ordinária com deliberações significativas para o avanço da tecnologia da informação no âmbito da Instituição ministerial. Ainda com a palavra, Dr. Alcides saudou os recém-empossados Chefes de Departamento de Desenvolvimento de Sistemas e de Suporte Técnico e de Rede, Jefferson Ferreira Barbosa e Uirá Alencar Vasconcelos Silva de Assis, respectivamente, bem como a nomeação da Dr^a. Maria José Gomes de Oliveira ao cargo de Diretora de Tecnologia da Informação, ressaltando o compromisso de todos com a Instituição e desejando sucesso com a causa da informatização. Em seguida, Dr. Alcides solicitou que a Secretária do Comitê anotasse o *e-mail* e telefones dos Chefes de Departamentos e os remetesse aos membros do COMTI. Logo após, Dr. Alcides iniciou a leitura da pauta da reunião falando novamente sobre os sucessivos problemas com o *e-mail* institucional e perguntou ao Técnico Daniel se já havia alguma solução concreta. Com a palavra, Daniel falou que vem analisando algumas soluções, mas que a falta de uma política de antivírus tem sido um dos grandes causadores de problemas no *e-mail* do MPPB, pois a Instituição até agora vem utilizando antivírus doméstico gratuito e de baixa qualidade. Retomando a palavra, Dr. Alcides perguntou a Diretora Maria José sobre o andamento do processo para aquisição de licenças de antivírus. Esta informou aos presentes que a aquisição do produto será através de procedimento licitatório que está marcado para o próximo dia treze (13) de outubro do corrente ano. Em seguida, Dr. Alcides perguntou a Dr^a. Arlinda se foi expedido ofício a Procuradora-Geral de Justiça solicitando a criação de uma comissão especial de informática para licitação, conforme deliberação dos membros do Comitê na 11^a Reunião Ordinária. Com a palavra, a Dr^a. Arlinda informou aos membros do COMTI que encaminhou ofício a Dr^a Janete Ismael, conforme solicitado. Nesse momento, o Dr. Cláudio Cavalcanti – Secretário-Geral do MINISTÉRIO PÚBLICO fez uso da palavra e informou que já está em andamento a criação de uma Comissão Licitatória Central, onde os membros poderão atuar em todos os processos, com a finalidade de dar celeridade aos procedimentos licitatórios, inclusive e principalmente, os oriundos da área de informática. Com a palavra, o Dr. Alcides sugeriu que a Dr^a. Maria José participasse da mencionada comissão, com a finalidade de dar suporte técnico nos processos da área de informática. Ato Contínuo, Dr. Alcides falou sobre a alteração da Instrução Normativa número 003/2007, no sentido de disciplinar o

acesso à Rede de *Internet* do Ministério Público, pois as permissões atuais podem estar concorrendo para agravar os problemas que têm afetado o *e-mail* Institucional, colocando-o rotineiramente na “lista negra” da Embratel. Na seqüência, Dr. Alcides iniciou a leitura da minuta de alteração da mencionada Instrução, para que os membros do Comitê pudessem analisá-la, apresentar sugestões e discutir minuciosamente cada artigo. Após ampla discussão sobre o assunto a minuta de alteração da Instrução Normativa foi aprovada por unanimidade com as modificações propostas na ocasião e o Coordenador Dr. Alcides solicitou da Secretária do COMTI que encaminhasse à Procuradora-Geral de Justiça a versão final para aprovação e publicação no Diário da Justiça. Ainda com a palavra, Dr. Alcides solicitou a Dr^a. Arlinda que tão logo ocorresse essa publicação lhe fosse remetido o novo texto junto com as anteriores alterações, no sentido possibilitar a republicação no DJ da Instrução Normativa nº 003/2007 consolidada, a qual deverá se dar amplo conhecimento aos Membros e Servidores. Nesse momento, Dr. Cláudio informou aos presentes que, por necessidade de serviço junto a Secretaria-Geral, precisava ausentar-se da reunião do Comitê. Em seguida, Dr. Alcides pediu a Diretora Maria José que ao realizar a entrega dos *notebooks* para os Gabinetes dos Procuradores de Justiça fossem esses equipamentos acompanhados do termo de responsabilidade e de uma cópia da Instrução Normativa consolidada. Seqüenciando, o Dr. Alcides solicitou ainda que a Dr^a. Maria José mantivesse contato com o Coordenador do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional – CEAFF, Dr. José Raimundo de Lima, no sentido de agendar um treinamento para os Procuradores de Justiça quanto as funcionalidades dos *notebooks*, bem ainda para a utilização correta do BrOffice, *software* livre que é o redator de textos oficial da Instituição. Em seguida, Dr. Alcides informou aos presentes sobre sua participação e a da Dr^a. Maria José, como representantes do Ministério Público por designação da Procuradora-Geral, numa reunião realizada na última semana pelo Conselheiro Nominando Diniz no Tribunal de Contas do Estado, com a presença dos Secretários de Planejamento e da Controladoria-Geral do Estado, Tribunal Regional Eleitoral, Procuradoria-Geral do Estado, CODATA dentre outros Órgãos convidados. O Conselheiro Nominando Diniz, na condição de futuro Presidente da Corte de Contas, expôs aos presentes as ações a serem implementadas na área de informática quando iniciar sua gestão à frente do Tribunal de Contas em 2009, dizendo que é do seu interesse possibilitar uma comunicação mais ampla com o Ministério Público, Procuradoria-Geral do Estado, Tribunal Regional Eleitoral, Tribunal de Justiça, enfim, com os Órgãos que atuam diretamente na fiscalização e acompanhamento dos gestores públicos municipais e estaduais. Falou ainda sobre a necessidade de revitalização da CODATA,

propondo a instalação de um *Data Center* único para os Órgãos Estatais, com acesso específico, independente e restrito das informações para cada Instituição. Logo após, Dr. Alcides passou a palavra para o Dr. Alexandre César que, juntamente com o Técnico Daniel, fez uma apresentação aos membros do Comitê do conteúdo do *link* da Corregedoria-Geral na *Internet* e *Intranet* do Ministério Público. A pedido do Dr. Alexandre César, Daniel fez uma demonstração de preenchimento do novo Relatório de Atividades Funcionais – RAF *on-line* e o representante da Corregedoria acrescentou que hoje o Promotor de Justiça pode emitir relatório estatístico sobre qualquer item de seu RAF. Ainda com a palavra, Dr. Alexandre informou que será disponibilizada uma senha aos Membros do Conselho Superior do Ministério Público- CSMP, para acessar a Ficha de Atuação Funcional – FAF do Promotor de Justiça, quando das votações dos pedidos de promoção e remoção, bem como das Atas de Inspeção da Corregedoria. Retomando a palavra, o Dr. Alcides comentou que já se pode dizer que a gestão do RAF de papel não existe mais; por isso parabenizou os que fazem a Corregedoria-Geral pela iniciativa que certamente representará não somente uma economia de papel, mas, sobretudo a eficiência de ação administrativa célere e eficaz, propondo a Dr. Alexandre César a fazer, juntamente com o Corregedor-Geral Dr. José Roseno, uma demonstração do RAF eletrônico aos integrantes do Colégio de Procuradores de Justiça numa próxima sessão ordinária, pois essa conquista representa um grande avanço para Instituição que agora poderá apresentar maiores informações e dar maior transparência às suas atividades perante a sociedade paraibana. Em seguida, Dr. Alcides solicitou a Secretária do COMTI que registrasse em ata esse importante avanço tecnológico e parabenizou os técnicos de desenvolvimento de sistemas da Diretoria de Tecnologia da Informação. Retomando a pauta da reunião, Dr. Alcides perguntou a Dr^a. Maria José sobre o andamento do processo de customização e implantação do Sistema Arquimedes e o de implantação da *Rede Wan*. Com a palavra, a Diretora de TI informou que o processo do Sistema Arquimedes encontra-se na Comissão de Licitação com previsão para realização do certame ainda neste mês de outubro e o da *Rede Wan* está no Gabinete da Procuradora-Geral de Justiça com um parecer da Assessoria Jurídica para apreciação da Dr^a Janete Ismael. Em seguida, Dr. Alcides informou aos presentes sobre a criação de mais um cargo de Analista por Resolução do Colégio de Procuradores de Justiça em consonância com a Lei nº 8.661/2008. Na seqüência, o Dr. Alexandre fez uso da palavra para informar aos membros do COMTI sobre a solicitação de acesso a *Internet* dos Promotores de Justiça dos Fóruns Cível e Criminal. Fazendo uso da palavra, a Dr^a. Maria José comunicou aos presentes que no Fórum

Cível não tem Sala para o Ministério Público. Retomando a palavra e diante de tal afirmação, o Coordenador do COMTI pediu que a Dr^a. Arlinda expedisse ofício a Procuradora-Geral de Justiça no sentido de solicitar ao Presidente do Tribunal de Justiça a disponibilização de uma Sala condigna para o Ministério Público no Fórum Cível da Capital, para, quando da implantação da *Rede Wan/Internet* do Ministério Público, podermos disponibilizar acesso aos Promotores de Justiça. Logo após, Dr. Alcides passou a palavra para a Diretora de Planejamento Dr^a. Arlinda que falou sobre o importante marco que representa esta reunião do COMTI, pois a partir de agora a informática não estará mais vinculada a Diretoria pela qual é responsável direta, saindo do Planejamento e ganhando estatura de Diretoria de Tecnologia da Informação. Comentou ainda sobre os avanços alcançados nesta área de informática na gestão da Dr^a Janete, pois no início de sua administração a então Coordenadoria de Informática era formada por apenas um Coordenador, dois programadores e dois técnicos de suporte aos usuários. A Dr^a. Arlinda comentou que contando com pouco recurso orçamentário/financeiro na primeira gestão, Dr^a Janete optou por dar prioridade as seguintes ações: renovação e aumento do Parque Computacional, com a aquisição de mais de 300 microcomputadores, impressoras laser, equipamentos-servidor, dentre outros e implantação da *Intranet*. Já no segundo biênio, podemos destacar que até então a Procuradora-Geral criou o Comitê de Tecnologia da Informação; realizou concurso público para possibilitar a formação da equipe de informática do Ministério Público; e ainda está em andamento, já em fase de procedimento licitatório a aquisição dos seguintes equipamentos e serviços: *notebooks* para Gabinetes dos Membros do segundo grau; 500 licenças de antivírus; Banco de Dados *Oracle* com treinamento para os técnicos da área de informática; *Rede Wan* com acesso à *Internet* para todos os Órgãos ministeriais e customização e implantação do Sistema Arquimedes. Ainda com a palavra, a Dr^a. Arlinda disse que é importante registrar que cada gestão de Procurador-Geral de Justiça também teve seu empenho e contribuição para o desenvolvimento institucional na área de tecnologia da informação. Com a palavra, a Diretora Maria José informou aos membros do Comitê que existe necessidade de se criar mais um cargo de *web designer*, pois o técnico atual está exercendo o cargo de Chefe de Departamento de Suporte Técnico e de Rede, bem como terceirizar o desenvolvimento de sistemas, pois a equipe ainda está pequena para a demanda de serviços da Instituição. Retomando a palavra, Dr. Alcides solicitou que a Dr^a. Maria José desde já fizesse um planejamento para verificar as necessidades de terceirização, com a finalidade de dar celeridade às ações de informática e o apresentasse na próxima reunião do COMTI. Em seguida, a Secretária Arlinda pediu

a palavra para comunicar aos membros do Comitê que estaria ausente na próxima reunião do COMTI, por motivo do gozo de suas férias regulamentares. Com a palavra, Dr. Alcides solicitou que a Dr^a. Arlinda registrasse em ata que a 13^a reunião ordinária do COMTI *a priori* prevista para o próximo dia 03 de novembro, seria secretariada pela Diretora Maria José. Nada mais havendo a tratar, o senhor Coordenador deu por encerrados os trabalhos e Eu, _____, Secretária, lavrei a presente Ata, que assino com os demais Membros do Comitê de Tecnologia da Informação do Ministério Público da Paraíba. Em João Pessoa aos 07 de outubro de 2008.

Alcides Orlando de Moura Jansen
Procurador de Justiça – Coordenador

Cláudio Antônio Cavalcanti
Promotor de Justiça/Secretário-Geral

Alexandre César Fernandes Teixeira
Promotor de Justiça Corregedor

Gustavo Rodrigues Amorim
Promotor de Justiça

Arlinda M^a Pimentel R. Leite
Diretora de Planejamento

Maria José Gomes de Oliveira
Diretora de Tecnologia da Informação

Daniel Cavalcanti Lins Falcão
Assessor de Informática